

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

1. CONJUNTURA FISCAL

O objetivo desta seção é apresentar o estado das contas públicas em 2018 a partir de informações do Banco Central¹ (BC) e do Tesouro Nacional² (TN). A seção 2.1 retrata o estoque da dívida pública brasileira, enquanto a seção 2.2 aborda os fluxos que o afetam: déficit nominal, resultado primário e juros. Finalmente, para se ter uma visão desagregada do resultado primário do Governo Central, a seção 2.3 traz aspectos das receitas e despesas primárias desta esfera de governo, incluindo considerações sobre previdência social e receitas não recorrentes.

1.1 Dívida Pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 76,7% do PIB em 2018, ante 74,1% do PIB em 2017. Em termos nominais, os valores foram de R\$ 5,272 trilhões e R\$ 4,855 trilhões, respectivamente. O Gráfico 3 mostra que, no que se refere ao endividamento bruto, houve aumento de 2,6 pontos percentuais (p.p.) do PIB na DBGG (metodologia do Banco Central) em relação a 2017, muito mais em função do aumento no endividamento interno (+2,2 p.p. do PIB) do que no endividamento externo (+0,4 p.p. do PIB). O endividamento interno cresceu principalmente como consequência do aumento na dívida mobiliária do Tesouro Nacional (+1,9 p.p. do PIB), com destaque para o crescimento da dívida indexada à taxa Selic – isto é, na forma do título público chamado Letra Financeira do Tesouro, ou LFT –, dívida esta que avançou em 3 p.p. do PIB.³ O Gráfico 4 mostra a evolução da dívida mobiliária do TN por título público. No PAF⁴ de 2019, o TN anuncia que fará reforço nas emissões de títulos prefixados e indexados a índices de preços em 2019, muito embora o Plano mencione⁵ que, mesmo assim, espera-se um aumento da participação de LFTs no total da Dívida Pública Federal.

¹ Tabelas Especiais, Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) e Notas econômico-financeiras (Estatísticas Fiscais).

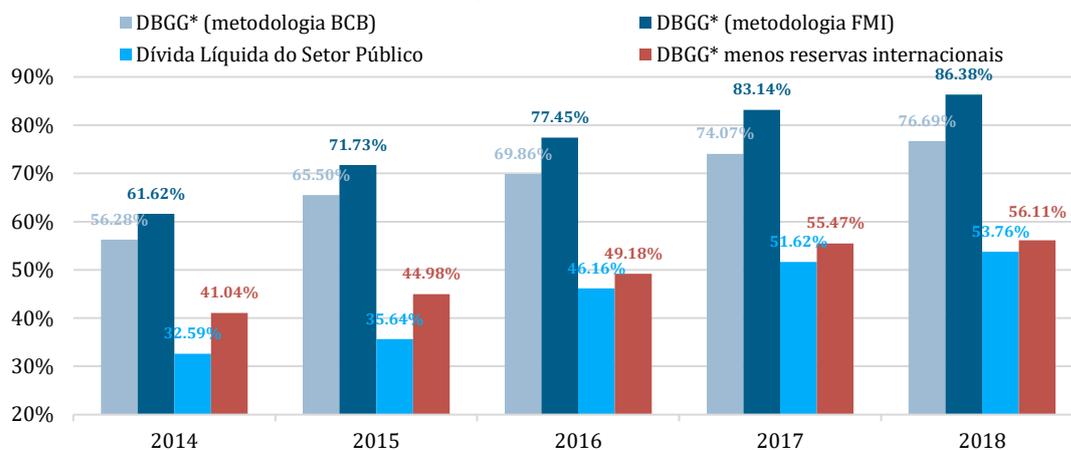
² Plano Anual de Financiamento (PAF), Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da Dívida e Relatório Anual da Dívida.

³ Segundo dados da planilha anexa ao Relatório Mensal da Dívida (RMD), do Tesouro Nacional, e do PIB mensal, do Banco Central.

⁴ Plano Anual de Financiamento, publicado pelo Tesouro Nacional anualmente.

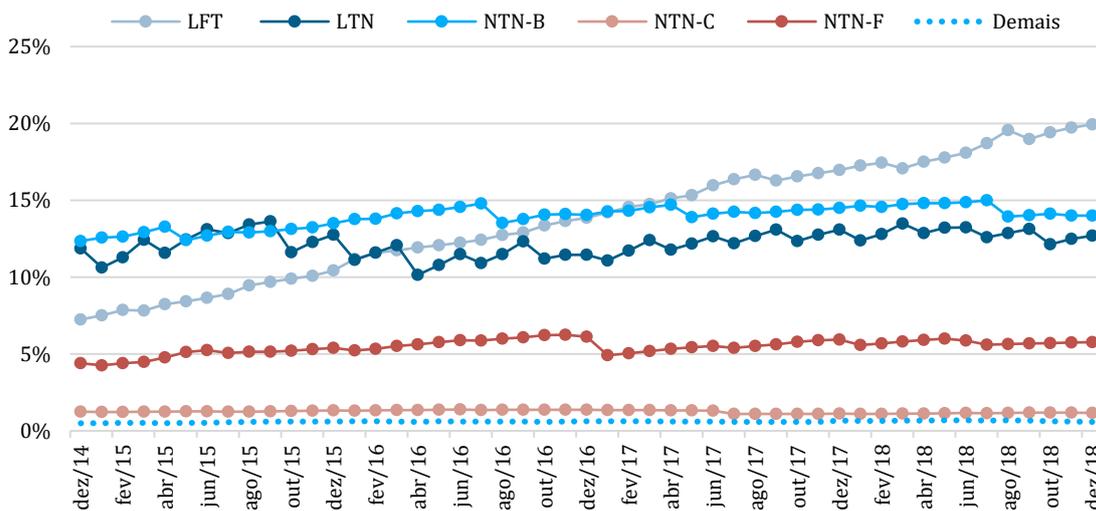
⁵ Em sua página 16, por exemplo.

GRÁFICO 3. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. *Dívida Bruta do Governo Geral. Cada série histórica é igual ao estoque da dívida no mês de dezembro do ano indicado, dividido pelo PIB do mesmo ano.

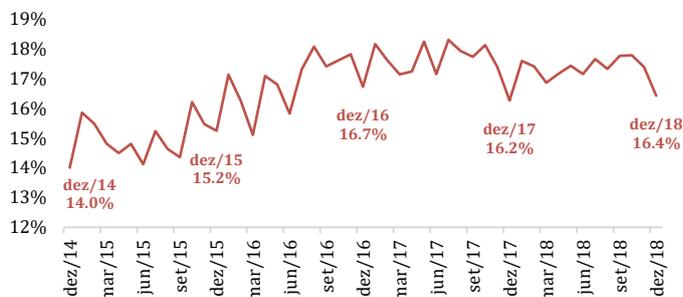
GRÁFICO 4. TÍTULOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO TESOUREO NACIONAL (% DO PIB)



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central.

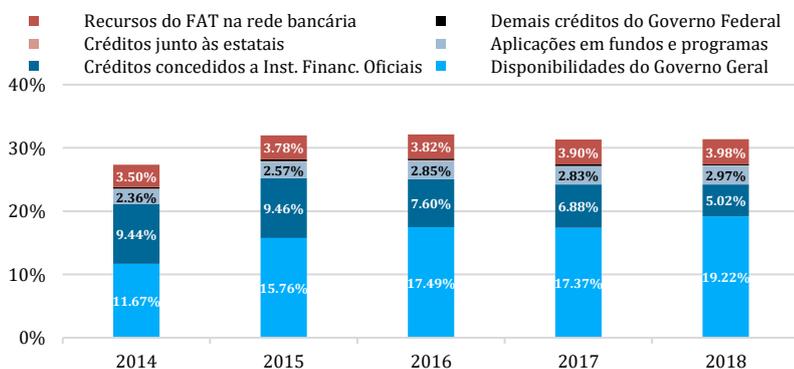
A variação no estoque de operações compromissadas do BC também contribuiu, em menor grau, para o crescimento do endividamento interno entre 2017 e 2018. Tendo-se como referência os meses de dezembro de cada ano, o estoque aumentou em 0,2 p.p. do PIB no período, como mostra o Gráfico 5. Apesar do aumento, o valor de dezembro de 2018 é o menor do ano, reproduzindo o padrão de 2017, em que o estoque diminuiu no último trimestre comparativamente aos meses anteriores.

GRÁFICO 5. OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 6. CRÉDITOS INTERNOS DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



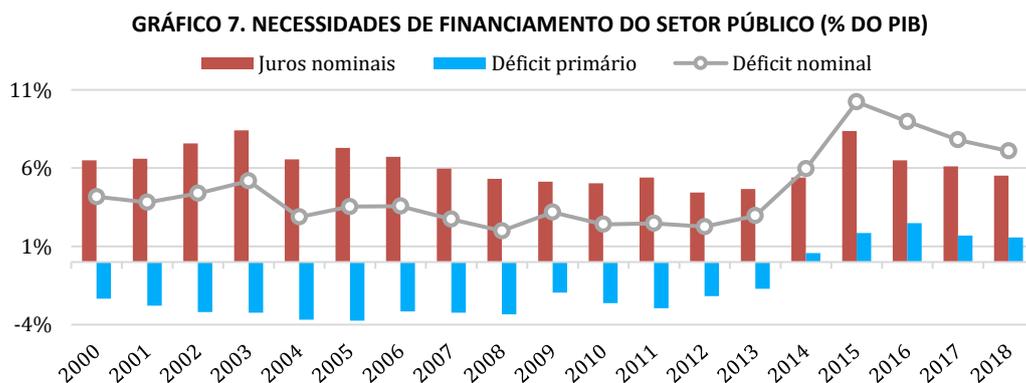
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 53,8% do PIB em 2018, ante 51,6% em 2017. Na comparação com 2017, portanto, a DLSP cresceu menos do que a DBGG. Em termos nominais, os valores da DLSP foram de R\$ 3,696 trilhões em 2018 e R\$ 3,383 trilhões em 2017. A DLSP leva em conta, além de outros componentes, a própria DBGG e créditos do governo, o que explica a evolução diferente destas duas medidas de endividamento. Na comparação de 2018 com 2017, o avanço de 2,1 p.p. do PIB sofrido pela DLSP é explicado pelo fato de que o aumento de 2,6 p.p. do PIB sofrido

pela DBGG foi compensado por, entre outros componentes, (i) um aumento de 0,1 p.p. do PIB no crédito líquido do BC e (ii) um aumento de 0,1 p.p. do PIB nos créditos do Governo Geral (GG). A variação relativamente pequena nos créditos do GG oculta certa heterogeneidade na evolução das contas que os compõem. O Gráfico 6 decompõe a principal parcela destes créditos, que é o crédito interno,⁶ mostrando que houve aumento de 1,85 p.p. do PIB nas disponibilidades do Governo Geral, mas uma queda de 1,87 p.p do PIB em créditos concedidos a instituições financeiras oficiais, principalmente junto ao BNDES (-1,82 p.p. do PIB). De fato, segundo o Relatório Anual da Dívida⁷ do TN e o próprio BNDES,⁸ o banco de desenvolvimento efetuou devoluções antecipadas para o Tesouro Nacional que somaram R\$ 130 bilhões ao longo de 2018, valor 2,6 vezes maior do que o total devolvido em 2017, em valores correntes.

1.2 Necessidades de Financiamento do Setor Público

O déficit nominal de 2018 para o setor público consolidado (SPC) atingiu R\$ 487,4 bilhões (7,09% do PIB), valor menor do que em 2017, quando atingiu R\$ 511,4 bilhões (7,8% do PIB). No Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 24 (RAF 24), de janeiro de 2019, na tabela Projeções da página 31, a IFI projetou um déficit nominal de 7,05% do PIB para 2018, valor menor do que o realizado em apenas 0,04 p.p. do PIB. O nível federal – Governo Federal, BC e empresas estatais federais⁹ – foi responsável por 86,8% ou R\$ 423,2 bilhões do valor total do déficit em 2018. A outra parte do déficit (R\$ 64,3 bilhões) veio do nível regional – governos estaduais e municipais, além de empresas estatais estaduais e municipais –, com destaque para o déficit dos governos estaduais (R\$ 52,9 bilhões). O Gráfico 7 mostra que, em termos percentuais do PIB, o déficit nominal em 2018 deu continuidade à queda iniciada em 2015, principalmente em função da queda no pagamento líquido de juros.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. Os dados se referem ao setor público consolidado. Valores positivos indicam déficit; valores negativos, superávit.

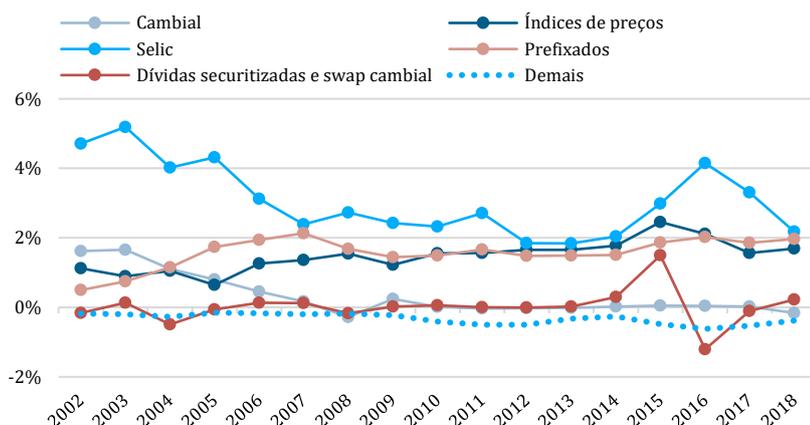
⁶ A outra parcela, o crédito externo, não passa das centenas de milhões de reais, enquanto o crédito total mensal do GG girou em torno dos R\$ 2 trilhões no decorrer de 2017 e 2018.

⁷ http://www.Tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/269444/RAD_2019.pdf/85c6fb46-144a-4c26-88f2-6b15e4098744

⁸ <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos/recursos-do-tesouro-nacional>

⁹ Exceto Eletrobras e Petrobras.

GRÁFICO 8. GASTOS LÍQUIDOS COM JUROS NOMINAIS POR INDEXADOR (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

O gasto líquido com juros – variável que é um dos componentes do resultado nominal – em 2018 para o SPC atingiu R\$ 379,2 bilhões (5,5% do PIB), valor menor do que em 2017, quando atingiu R\$ 400,8 bilhões (6,1% do PIB). No RAF 24, a projeção da IFI para gastos líquidos com juros em 2018 foi de 5,2% do PIB, valor menor do que o realizado, em 0,3 p.p. do PIB. O nível federal foi responsável por 81,9% ou R\$ 310,5 bilhões do valor total em 2018, ao passo que o nível regional respondeu pelo restante (R\$ 68,7 bilhões). A partir de dados do BC,¹⁰ o Gráfico 8 mostra que o aumento no gasto líquido total com juros (em percentual do PIB,

mesma medida usada no Gráfico 7) observado entre 2013 e 2015 é atribuível ao movimento dos gastos associados a títulos atrelados à taxa Selic e a índices de preços, bem como títulos prefixados e *swap* cambial.¹¹ A queda subsequente no gasto total com juros (Gráfico 7), ocorrida entre 2015 e 2018, foi inicialmente causada pela queda no pagamento de juros relativos à dívida indexada a índices de preços, relativos a *swaps* cambiais e, mais tarde, relativos à dívida indexada à Selic. A inflexão no pagamento associado aos *swaps* a partir de 2016 não chegou a evitar a queda no valor total visível no Gráfico 7. Como atualmente o volume¹² das operações de *swap* cambial é de 69% do volume médio de 2015, e a mediana das expectativas de mercado¹³ para a evolução da taxa de câmbio (R\$/US\$) sugere maior estabilidade do preço do dólar do que a observada em 2018, os gastos com juros de *swaps* cambiais deverão ser mais estáveis no decorrer de 2019. Entretanto, deve-se manter presente que há incertezas no cenário externo, como mencionado no comunicado que se seguiu à última reunião do Copom,¹⁴ de 6 de fevereiro de 2019, as quais podem afetar as trajetórias de juros e de dívida (como apontado no PAF 2019 do TN).

O déficit primário – que é o outro componente do resultado nominal, ao lado dos gastos líquidos com juros – do SPC atingiu R\$ 108,3 bilhões (1,57% do PIB) em 2018, valor menor do que em 2017, quando atingiu R\$ 110,6 bilhões (1,69% do PIB). Com isso, em 2018 o resultado primário foi novamente deficitário, como vem ocorrendo desde 2014 (Gráfico 7). No RAF 24, a projeção da IFI para o déficit primário de 2018 foi de 1,85% do PIB, valor maior do que o realizado, em 0,28 p.p. do PIB. A meta¹⁵ de resultado primário para o SPC constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias

¹⁰ Conforme os dados da planilha “Juros nominais por indexador”, localizados na página eletrônica do BC, seção Tabelas Especiais, assunto “DLSP - Participação percentual por indexador”.

¹¹ Na série “Dívidas securitizadas e *swap* cambial”, o componente de *swap* cambial tem participação predominante no total, isto é, a participação das dívidas securitizadas é pequena.

¹² No sentido de que o chamado “valor nominal” das operações de *swap* cambial é menor: R\$ 253,8 bilhões em janeiro de 2019 (dado preliminar do BC) e média de R\$ 369 bilhões em 2015.

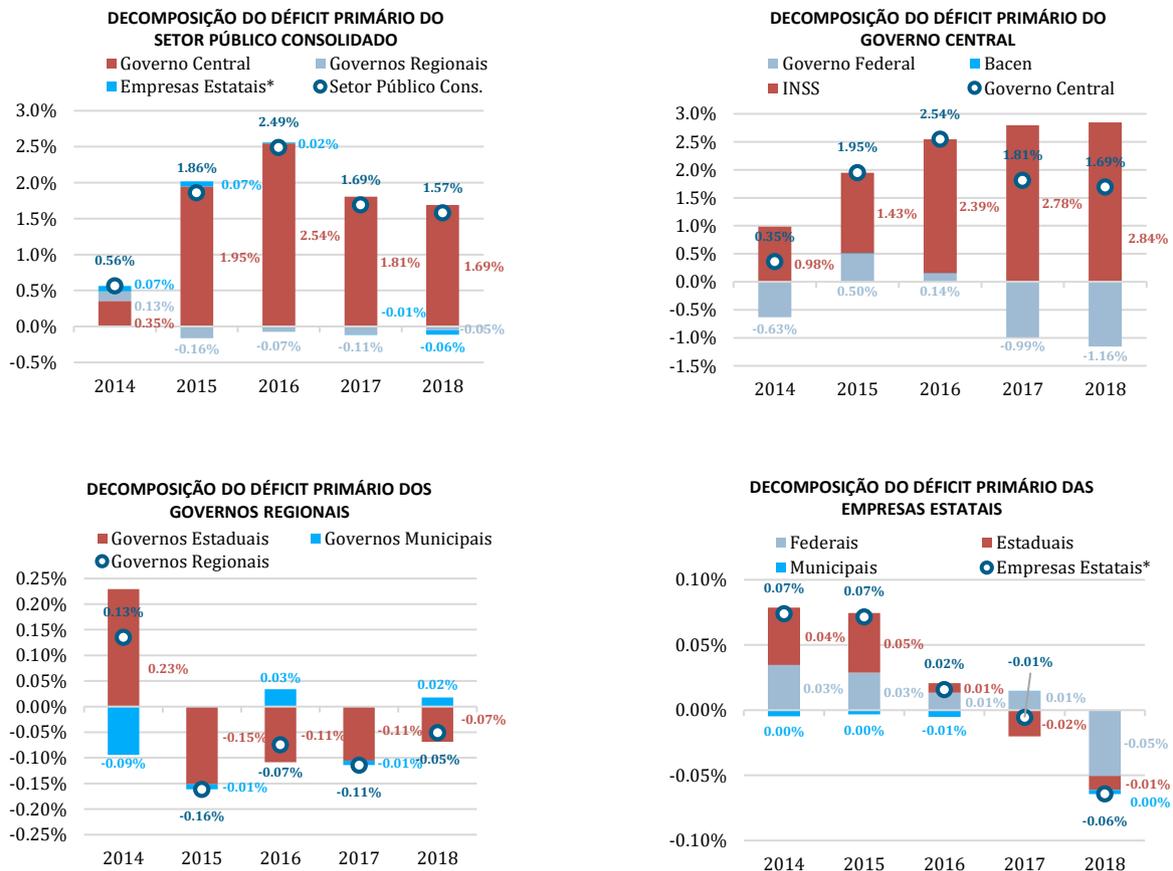
¹³ Conforme o Sistema de Expectativas de Mercado do BC, acessível pelo link “Expectativas de Mercado – Séries Históricas” visível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/expectativasmmercado>. Uma vez no sistema, selecionar Indicador “Taxa de Câmbio”, Cálculo “Mediana”, Periodicidade “Mensal”, datas inicial e final de elaboração das projeções iguais a 08/02/2019, e período para o qual foram feitas as projeções sendo de fevereiro de 2019 a dezembro de 2019.

¹⁴ Comitê de Política Monetária do BC.

¹⁵ Na seção 3 do presente RAF, sobre Orçamento, serão feitas maiores considerações sobre as metas e os resultados realizados.

de 2018 (LDO 2018), em seu Anexo IV.1 (“Anexo de Metas Fiscais Anuais”),¹⁶ era de um déficit de 2,26% do PIB, valor maior do que o realizado, em 0,69 p.p. do PIB. O Gráfico 9 decompõe o déficit primário do SPC em seus componentes: déficit primário do Governo Central, dos governos regionais, e das empresas estatais. Cada um destes componentes, por sua vez, é desagregado em subcomponentes.

GRÁFICO 9. DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO (ACUMULADO EM DOZE MESES COMO % DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. Valores positivos indicam déficit; valores negativos, superávit.

*Exceto Petrobras e Eletrobras. Em cada gráfico e em cada ano, a soma dos valores representados por barras é igual ao valor representado pelo círculo.

O Governo Central é o maior responsável pelo déficit primário do setor público consolidado, sendo por isso também o responsável pelo recente recuo em tal variável. O desempenho deficitário do Governo Central é consequência do déficit crescente do INSS, que aumentou em 2018, apesar de ter crescido menos rapidamente entre 2017 e 2018 do que em anos anteriores. O déficit do INSS atingiu 2,84% do PIB em 2018, ante 2,78% em 2017. O Governo Federal, tomado isoladamente, obteve superávit de 1,16% do PIB em 2018, valor maior do que o observado em 2017. Contudo, tal superávit não foi suficiente para tornar o Governo Central, como um todo, superavitário. Como salientado pelo Tesouro Nacional no Relatório Anual da Dívida de 2018, os elevados déficits previdenciários prejudicam o

¹⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113473.htm#anexo4.1.

atendimento das demais necessidades do país, como investimentos e outras políticas sociais. Entre os governos regionais, destaca-se o superávit primário dos estados, que em 2018 foi de 0,07% do PIB nacional. O valor é menor do que os superávits observados em 2017 e 2016, anos em que atingiram 0,11% do PIB. Finalmente, o resultado primário das empresas estatais¹⁷ em 2018 foi superavitário tanto para as federais quanto para as estaduais e municipais. Vale indicar que o maior superávit foi o das empresas federais. O Anexo de Metas Fiscais Anuais da LDO 2018 também fixa metas de resultado primário desagregadas, para (i) o Governo Central, (ii) as empresas estatais federais e (iii) os estados e municípios (incluindo as empresas estatais destes dois níveis de governo). A meta¹⁸ para o Governo Central, um déficit de R\$ 159 bilhões, foi maior do que o déficit realizado em R\$ 46,2 bilhões. Já a meta de resultado para as empresas estatais federais, um déficit de R\$ 3,5 bilhões, contrasta com o realizado, de superávit (ao invés de déficit) de R\$ 3,5 bilhões. Para estados e municípios (incluindo as empresas estatais destes dois níveis de governo), a meta era de superávit de R\$ 1,2 bilhão, apenas 27,3% do superávit realizado em 2018, de R\$ 4,4 bilhões.

A Tabela 6 resume as comparações feitas entre os valores realizados e os previstos pela IFI para o resultado fiscal do SPC em 2018, com uma casa decimal a mais.

TABELA 6. COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS FISCAIS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO REALIZADO E PROJETADO

	Realizado em 2018	Projetado* pela IFI para 2018	Diferença (projetado - realizado)
	% do PIB	% do PIB	
Déficit nominal	7,09%	7,05%	-0,04
Gasto líquido com juros nominais	5,52%	5,21%	-0,31
Déficit primário	1,57%	1,85%	0,28

Fonte: Banco Central e IFI. *Como no RAF 24, de janeiro de 2019, pg. 31.

1.3 Resultado Primário do Governo Central

Déficit primário diminui em 2018, para R\$ 120,3 bilhões (1,7% do PIB). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o déficit primário de R\$ 120,3 bilhões apurado em 2018 representou a segunda melhora consecutiva, após ter registrado R\$ 161,13 bilhões em 2016, e R\$ 124,26 bilhões em 2017. O resultado é equivalente a 1,7% do PIB e ficou R\$ 38,7 bilhões melhor que a meta de déficit de R\$ 159,0 bilhões para 2018¹⁹.

Resultado melhor que a meta fiscal se deve, particularmente, ao melhor desempenho das despesas. Não obstante a recuperação destacada das receitas mais correlacionadas com a atividade econômica, que contribuiu de forma importante para a melhora do saldo fiscal, diversos gastos surpreenderam positivamente. Além de menores gastos com abono salarial e seguro desemprego (R\$3 bilhões ou -5,2% no acumulado do ano), subsídios e subvenções ampliadas²⁰ (R\$ 4,2 bilhões ou -11%) e investimentos no âmbito do PAC (excetuado o gasto do MCMV), que experimentou recuo de R\$ 3,9 bilhões ou 14,5%, as despesas previdenciárias registraram modesto avanço, de apenas R\$ 8,8 bilhões ou 1,5% acima da inflação.

¹⁷ Eletrobras e Petrobras não entram nesta contabilização. Segundo o Manual de Estatísticas Fiscais, do Banco Central, de março de 2018, pg. 8, as empresas foram excluídas destas estatísticas a partir de novembro de 2010 e maio de 2009, respectivamente.

¹⁸ Na seção 3 deste RAF, sobre Orçamento, serão feitas maiores considerações sobre as metas e os resultados realizados.

¹⁹ Nesta seção, o resultado primário analisado é o apurado pelo Tesouro Nacional pela metodologia "acima da linha". Cabe observar que o resultado para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal é o mensurado pelo critério "abaixo da linha", calculado pelo Banco Central. Como visto na seção anterior, esse resultado foi de um déficit de R\$ 108,3 bilhões, ou 1,57% do PIB.

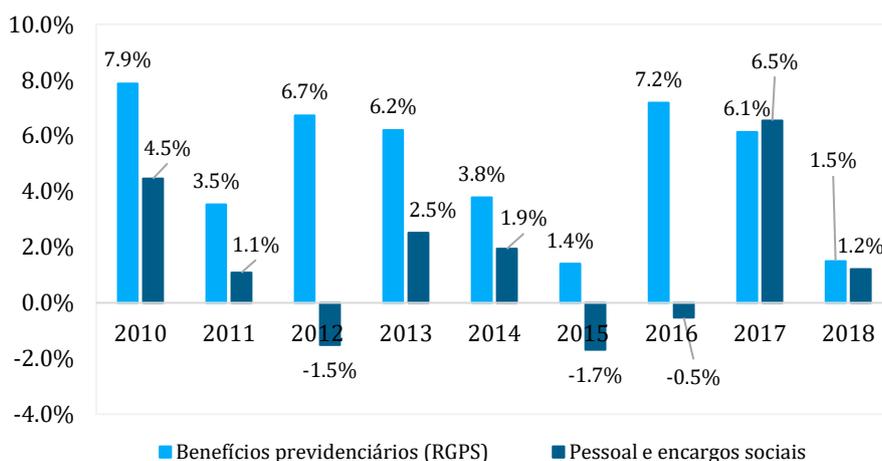
²⁰ Métrica criada pela IFI que considera, além dos subsídios do agronegócio e do programa de sustentação do investimento (PSI), leva em conta ainda os subsídios habitacionais no âmbito do programa minha casa minha vida (MCMV), auxílio à CDE, compensações ao RGPS pela desoneração da folha e demais subsídios e subvenções.

Melhora sustentada do déficit primário depende de maior controle sobre despesas obrigatórias. Em linhas gerais, o esforço fiscal empreendido pelo governo federal é relativamente limitado. Pelo lado das despesas, os números indicam maior controle sobre despesas discricionárias, as quais estão sendo comprimidas a um nível que aumenta os riscos de afetar o funcionamento da máquina pública e o atendimento de serviços básicos da população. Trata-se de ajuste possível, na ausência de reformas no gasto obrigatório. Além disso, os investimentos públicos estão sofrendo reduções significativas, limitando a possibilidade de crescimento mais acelerado da economia. Pelo lado da arrecadação, houve melhora das receitas recorrentes, que tem forte correlação com a atividade econômica, ao mesmo tempo em que há importante contribuição de receitas não recorrentes para o resultado primário. De todo modo, apenas a recuperação econômica será insuficiente para promover o ajuste fiscal necessário, sendo fundamental a adoção de medidas que controlem a dinâmica das despesas obrigatórias.

Necessidade de reforma da previdência decorre da notável mudança do perfil demográfico do país, associado à limitação para redução continuada das despesas discricionárias. No que concerne ao déficit da previdência, incluindo os regimes geral (RGPS) e próprio (RPPS), a reforma do sistema de pagamento de aposentadorias é essencial para reduzir o atual desequilíbrio entre receitas e despesas dos regimes, de modo a abrir espaço no orçamento dos entes federados para a execução de gastos relacionados a outras políticas públicas igualmente importantes. Apesar do crescimento de receitas associadas à atividade econômica em 2018, o espaço é bastante limitado para realizar um ajuste fiscal apenas pelo lado das receitas. As despesas discricionárias já foram comprimidas a um nível bastante reduzido. Será necessário, portanto, alterar a dinâmica de despesas obrigatórias relevantes, como a previdência e folha de pessoal, para que o país consiga não apenas cumprir a emenda constitucional do teto de gastos, mas também avançar na consolidação fiscal.

Despesas crescem 2,0%, equivalentes a 19,7% do PIB. O montante de despesas primárias de R\$ 1,351 trilhão (19,7% do PIB) em 2018 correspondeu a um acréscimo de 2,0% em termos reais, sobre o observado no ano anterior. O gasto com benefícios previdenciários e pessoal e encargos sociais, que concentram as despesas com beneficiários dos regimes geral e próprio da previdência, além da folha de pagamento, registrou aumento de 1,4% em termos reais no ano passado (Gráfico 10). A título de ilustração, essas despesas equivalem a 65,4% do total da despesa primária do governo central.

GRÁFICO 10. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DA DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Benefícios no âmbito do RGPS apresentam menor velocidade de crescimento. Um resultado importante do Relatório Mensal do Tesouro Nacional (RTN) de dezembro de 2018 diz respeito à menor velocidade de crescimento dos benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Isto se deve, basicamente, a um maior controle efetuado pelo governo na concessão de alguns benefícios a partir de 2016, como pensões por morte e auxílio doença²¹.

Pensões por morte e auxílio doença perdem fôlego de crescimento em 2017 e 2018.

Segundo informações dos Boletins Estatísticos da Previdência Social (BEPS), da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, os benefícios emitidos de pensões por morte cresceram 0,6% em 2018, contra aumento de 1,5% em 2017. Por sua vez, a emissão de auxílios doença diminuiu 12,5% no ano passado. Em 2017, já havia sido apurada queda de 16,1% nesses benefícios (Gráfico 11).

GRÁFICO 11. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EMITIDOS NO ÂMBITO DO RGPS



Fonte: Secretaria da Previdência Social do Ministério da Economia.

Subsídios, subvenções e investimentos sofreram cortes em 2018. Ainda em relação ao Relatório Mensal do Tesouro Nacional (RTN) de dezembro de 2018, é possível constatar o esforço realizado pelo governo para reduzir despesas com subsídios e subvenções econômicas. Maiores detalhes serão explorados na Seção 3. Em 2018, essas despesas caíram 20,9% em termos reais, totalizando R\$ 15,3 bilhões. As despesas no âmbito do PAC também sofreram redução significativa no ano, de 10,1%, atingindo R\$ 27,6 bilhões.

Receita bruta têm alta de 3,6% em 2018. Por sua vez, a receita primária total do Governo Central totalizou R\$ 1,506 trilhão em 2018 (21,6% do PIB), configurando avanço de 3,6% em termos reais sobre a receita apurada no ano anterior. A receita líquida, que resulta da dedução das transferências a Estados e Municípios da receita total, somou R\$ 1,227 trilhão (17,9% do PIB), com avanço de 2,6% ante 2017, descontados os efeitos da inflação.

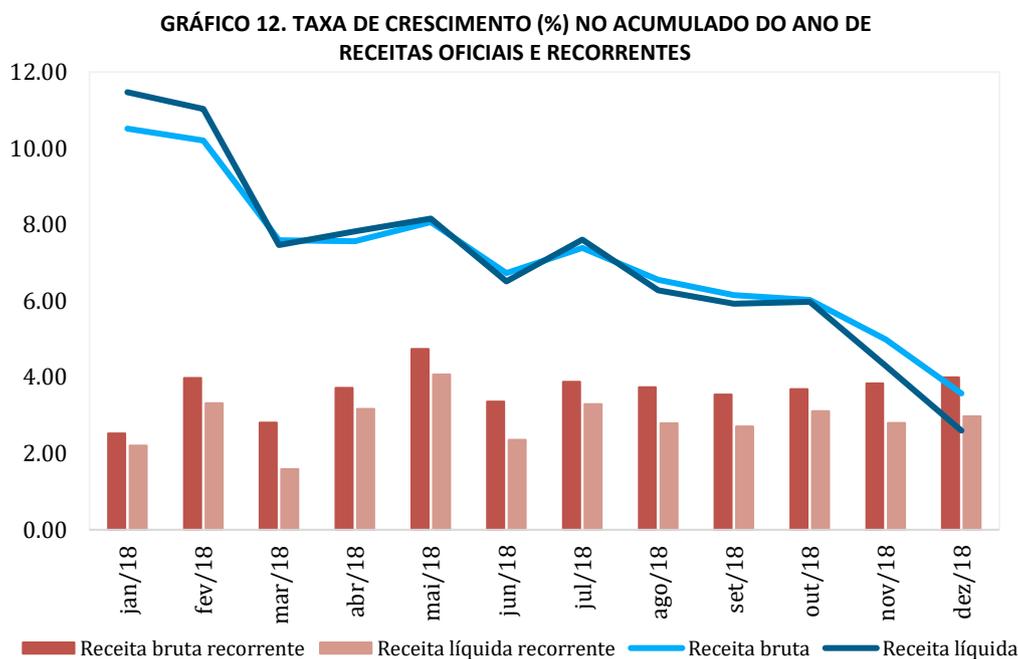
Receitas recorrentes crescem 3,0% em 2018. A receita líquida recorrente do governo central, variável calculada pela IFI a partir das informações disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Receita Federal do Brasil²², somou R\$ 1,099 trilhão em 2018, configurando acréscimo de 3,0% em termos reais, sobre o apurado em 2017, quando

²¹ Duas normas jurídicas foram publicadas para conter a trajetória desses gastos. A primeira foi a MP 739/2016, que caracterizou o início da revisão dessas despesas. A segunda norma foi a Lei nº 13.457, de 26 de junho de 2017, oriunda da MP 767/2017, que criou o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI). De acordo com estudo do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, a economia estimada com o PRBI seria de: R\$ 5,8 bilhões em 2016/2017 e R\$ 9,9 bilhões em 2018. Na soma dos três anos, a economia estimada seria da ordem de R\$ 15,7 bilhões nos benefícios emitidos do auxílio doença.

²² Para o cálculo da receita líquida recorrente, são deduzidas da receita líquida do governo central aquelas consideradas não recorrentes, como as obtidas com concessões e outorgas, antecipação de dividendos de empresas estatais, transferências da repatriação de recursos do exterior a Estados e Municípios, devolução de precatórios não sacados e PIS/Cofins sobre combustíveis.

houve recuo de 0,2% no indicador. O resultado da arrecadação líquida recorrente de 2018 pode ser considerado positivo e reflete a recuperação gradativa da atividade econômica. A título de ilustração, exercícios realizados pela IFI apontam que a elasticidade da receita tributária recorrente ao PIB é superior a um, isto é, para uma variação de 1% do PIB, a variação da receita é superior a 1%²³.

Participação das receitas atípicas diminuiu no último trimestre. Outro resultado de destaque nas informações de arrecadação diz respeito ao comportamento das receitas com baixa correlação com a atividade econômica e às oficialmente reportadas ao longo dos meses de 2018. Até setembro, o crescimento acumulado das receitas bruta e líquida reportadas foi vigorosa em razão do impacto de receitas com baixa correlação com a atividade econômica, principalmente as decorrentes de Refis, concessões e outorgas, bem como de saques de precatórios. No último trimestre do ano, no entanto, essas receitas extraordinárias registraram recuo importante vis-à-vis o ano anterior (Gráfico 12).



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil. Elaboração

²³ Para maiores informações, consultar Nota Técnica nº 19, de agosto de 2018, intitulada “A variação da receita em resposta à atividade econômica”. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545264/NT_Elasticidade.pdf